

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
AVM FACULDADE INTEGRADA**

Educação Inclusiva: uma opção

Por: Ione Goulart Villela

**Orientadora
Prof.^a Mary Sue Pereira**

**Rio de Janeiro
2012**

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
AVM FACULDADE INTEGRADA

Educação Inclusiva: uma opção

Apresentação de monografia à AVM Faculdade Integrada como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em Educação Inclusiva

Por: Ione Goulart Villela

AGRADECIMENTO

A todos que passaram pelos meus caminhos durante a mais esta caminhada em minha vida acadêmica. A todos os mestres da AVM e, em especial, a mestra Mary Sue por sua paciência e comentários oportunos, acrescentando seus conhecimentos, solidariedade e incentivo; proporcionando a possibilidade para a realização dessa monografia.

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Alexandra e Carlos Henrique, que deram novo rumo à história da minha vida, me ajudando a crescer, caminhar e visualizar novos horizontes. Obrigada por existirem.

A todas as mães especiais, que com seu amor, sua perseverança, muitas vezes, entre erros e acertos procuram dar o seu melhor, em relação ao crescimento social, educativo e afetivo a seus filhos.

RESUMO

A proposta desta monográfica se resume debater e questionar as políticas educacionais inclusiva e especial, dando prioridade ao direito dos surdos e de sua comunidade de exercerem, segundo a Constituição Federal, que se refere a não obrigatoriedade educacional e sim a abertura da educação, dando a preferência ao ensino regular, a aplicabilidade das leis; a precariedade das escolas regulares públicas para atender aos portadores de necessidades educativas especiais, a falta de preparo dos profissionais na área de educação e questionar o que é segregação. Passa também pela falta de investimento nas escolas públicas, de atender as multipluralidades das deficiências existentes, sem o menor preparo de acessibilidade de comunicação arquitetônica e tecnológica e a possibilidade ainda existente da extinção das escolas e ONGs que trabalham com especiais. Dentro deste contexto, também, o processo histórico das deficiências, o porquê da deficiência auditiva e de suas implicações no processo de aprendizagem.

METODOLOGIA

Para a elaboração da presente monografia foi tomado como base, principalmente, a pesquisa de livros, periódicos, jornais, internet, artigos científicos e documentos oficiais.

A pesquisa bibliográfica se faz mais atuante nos estudos que se referem às histórias: história da humanidade, história das deficiências e mais especificamente a história da educação dos surdos e das políticas públicas.

No primeiro capítulo estuda-se a história da humanidade desde os primórdios, passando pelo cristianismo até a criação das escolas de surdos no Brasil.

No segundo capítulo, fala-se sobre a deficiência auditiva e suas classificações quanto às patologias e graus de perda e também da importância da família.

No terceiro se discorre sobre a educação e as políticas públicas.

E finalmente, se faz um estudo sobre o Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Assim, com esta monografia se pretende criar um momento de reflexão sobre a maneira pela qual a Inclusão está sendo realizada no Brasil e, a princípio, que as escolas se preocupem com a adequação, com a formação de professores para uma implantação assertiva e digna.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - Breve Histórico da Deficiência da Humanidade	10
CAPÍTULO II - Deficiência Auditiva	17
CAPÍTULO III – Educação e A Constituição Federal, 1988	24
CAPÍTULO IV – Instituto Nacional de Educação de Surdos	35
CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS	45
ÍNDICE	46

INTRODUÇÃO

O objeto desse estudo tem como prioridade alertar sobre a maneira como vem sendo feita a inclusão nas escolas públicas e privadas, no Brasil. Abordar-se-á o processo evolutivo social e educacional das deficiências desde os primórdios até os dias atuais. De maneira mais específica, se tratará a deficiência auditiva e suas implicações no processo de aprendizagem. No capítulo terceiro, ver-se-á as políticas públicas através da legislação relacionada à inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais sob a luz da Constituição Federal, 1988. Como também os compromissos promovidos por agências internacionais como a Declaração de Salamanca, aprovada pela ONU, onde o Brasil é membro signatário, políticas essas que irão nortear as diretrizes educacionais nos países ditos em desenvolvimento. E, finalmente, destacar-se-á a importância do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) para a formação social e educacional dos deficientes auditivos. Neste contexto está o desenvolvimento não só do aluno como um todo, participante efetivo da sociedade, que começa a dar seus primeiros passos em relação à nova política educacional, como também da instituição. Também tem o objetivo de focar a educação para todos com a seriedade a que todos têm direito e priorizar os prós e contras da educação que hoje é tão polemizada.

Neste meio tempo, será questionada a situação, atual, das escolas públicas que não estão, ainda, preparadas para receber o alunado especial, pois as escolas precisam antes, se adequar às necessidades tanto arquitetônicas como pedagógicas, e da comunicação tecnológica essencial para o aprendizado real das multiplicidades das deficiências, bem com formação de professores, e demais profissionais da área, junto às universidades, capacitando-os para a inclusão; também a metodologia diferenciada, o apoio familiar, e finalizando, as barreiras: socioeconômicas, a violência escolar e o preconceito impostos pela sociedade, que precisam ser vencidas para que haja, realmente uma inclusão para esses alunos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA

Os deficientes vêm passando por um processo de perversidade desde a antiguidade, tais como: afogamento, sacrifícios aos deuses, tendo o próprio governo, leis que permitiam os pais praticar a eutanásia e a eugenia. Eram consideradas pessoas inúteis, um peso para a sociedade, justificado por não poderem laborar, guerrear e como seres imperfeitos gerarem outros defeituosos. Por séculos, os deficientes foram amaldiçoados como um castigo de Deus, condenados e exterminados. Em alguns lugares podiam até servir de bobo da corte para entretenimentos dos governantes e atrações de espetáculos circenses. O culto ao homem perfeito permeia a história da humanidade até o presente momento. O que vai determinar a diferença é a maneira pelo qual vão ser tratados.

Para aprender mais sobre a história da deficiência é necessário conhecer a história da humanidade, suas crenças, seus costumes, ou seja, seu *modus vivendi*. Algumas citações através do tempo darão uma pequena idéia do processo de vitimização, pelos quais eles foram submetidos.

Na Grécia, Aristóteles em *A Política*, livro VII, capítulo XIV, 1335 b - “Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos, deve haver um dispositivo legal limitando a procriação, se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida)”. (GUGEL, 2007, p.63).

1.1 - O advento de Cristo: Cristianismo

Levítico 19:14, percebemos uma liderança à sociedade em relação

aos surdos: “Não amaldiçoem o surdo nem ponham pedra de tropeço à frente de um cego, mas temam ao seu Deus. Eu sou o SENHOR.”

Não há como negar que o cristianismo através de Jesus com suas pregações de amor ao próximo, caridade e de suas parábolas resgatou as classes menos favorecidas aos direitos humanos e nesse período houve uma grande transformação na visão relacionada aos grupos minoritários. Estamos falando de Jesus homem, que na sua passagem pela Terra, plantou a semente do amor universal.

Período este que começou a combater a eutanásia dos deficientes pelos seus pais. Surgindo os primeiros hospitais de caridade.

“Todos os católicos, protestantes, judeus, budistas, espíritas, agnósticos e ateus, não importando a classificação, comungamos de um patrimônio que entendemos como ideal de civilização e justiça”, conforme assinala Azevedo (2006).

Em 529 d.C, para impossibilitar os surdos de celebrar contratos, o imperador Justiniano promulgou uma lei onde não poderiam possuir propriedades ou reclamar heranças nem elaborar testamento, direito concedido somente aos surdos oralizados.

Na Idade Média, período onde as condições humanas e de saúde das pessoas eram precárias, voltadas para superstições, misticismo, os deficientes eram encarados como bruxos, feiticeiros atribuindo a eles poderes sobrenaturais. Quando sobreviviam eram ridicularizados pela sociedade.

Pode-se exemplificar este período com a obra literária *O Corcunda de Notre Dame*”, história de Victor Hugo que retrata com fidelidade a Idade Média: “Os sons que lhe tornaram surdo eram, também, os únicos que ele ouvia; daí a ternura especial para com os 15 sinos da igreja. A cada um deles deu um nome e, [...] tal como as mães que muitas vezes preferem o filho que mais as fez sofrer, o sino maior, ao qual chamou Marie, era o preferido de Quasímodo.” (HUGO, 1973, p123).

A Idade Moderna foi caracterizada pela valorização do homem (antropocentrismo). A Europa passa pelo período de grande prosperidade comercial, produções artísticas e científicas durante os séculos XV e chamado Renascimento. Aparece a classe burguesa que passa a investir nas artes e

ciência e surgem nomes tais como – Leonardo da Vinci (1452-1519) – pintor, escultor, cientista, engenheiro, físico, escritor.

Nos séculos XVI e XVII, no período da Revolução Francesa, foram criados hospitais para atendimento dos mutilados surdos e cegos provenientes das sucessivas guerras napoleônicas. Há uma grande necessidade de pesquisar e investir na área ortopédica para atender a grande demanda.

O culto ao homem perfeito e a exterminação dos deficientes vinculados a hereditariedade e as questões sanitárias advindas através dos tempos intensifica-se nos séculos XIX e XX.

Francis Galton reforça a preocupação com a saúde pública e a questão da hereditariedade, tomando medidas sociais como propostas em suas pesquisas biológicas nos seus trabalhos, sobre eugenia que tem como significado “bem nascido” que resumia-se no melhoramento genético, no século XIX.

A Alemanha preocupada com o número de deficientes nas Instituições Estaduais que elevava os custos para o Estado e com a influência do eugenista Alfred Ploetz em obra *Noções básicas de higiene racial*,¹ adere a essa filosofia que passa a considerar a limpeza racial necessária e instala-se a esterilização obrigatória em seres humanos, no início do século XX. Política essa, tendo como defensores, personalidades científicas e políticas onde podemos citar Winston Churchill, Alexander Graham Bell, Theodore Roosevelt entre outros.

Esta mesma política de higiene racial levou os nazistas a pensar na pureza racial, ou seja, a purificação da raça ariana, condenando assim a miscigenação, a idealização da superioridade racial marcada como o maior genocídio da história da humanidade. Leis discriminatórias como a Lei de Nuremberg promulgada em 1935 proibiam casamentos de judeus e não judeus alemães.

Pode-se assim, através de fatos históricos, afirmar que os eugenistas raciais tiveram participação relevante no Holocausto, e no extermínio, na Europa, de judeus, comunistas, ciganos, homossexuais, dissidentes políticos, doentes mentais e insanos pelos nazistas na 2ª Guerra Mundial.

Não obstante a tantas atrocidades, na Noruega, os ciganos continuam a serem esterilizados. Até 1977 ainda não tinha sido interrompido este processo.

Em 1931, havia 25 comunidades surdas em Berlim, muitas delas participavam de uma unidade militar, extinta posteriormente por não identificarem-se com o perfil ariano perdendo todos os seus direitos, expulsos das escolas que foram convertidas em hospitais militares.

Documentos históricos afirmam que em 1937, 95% das crianças surdas foram convocadas a participar da juventude Hitleriana tendo a letra G no casaco como identificação. Com o término da guerra, nos campos de concentração na Alemanha, Hungria e Polônia poucos deles conseguiram escapar.

1.2 – A História da Educação dos Surdos

1.2.1 – Pedro Ponce de León

A história da educação dos surdos, que perdura até hoje, mundialmente conhecida, inicia-se com a figura de um monge que dedicou parte de sua vida a ensinar pessoas surdas: Pedro Ponce de León da ordem dos beneditinos. Fundou em Madrid a escola de educação de várias crianças surdas da nobreza espanhola. A educação das crianças surdas passava pelo poder aquisitivo familiar, ou seja, segundo suas posses; já para as demais havia asilos com todos os tipos de deficiências, sem nenhum tratamento. Os surdos eram considerados seres incapazes, sem direito a herança e testamento que só eram concedidos aos surdos oralizados, motivo pelos quais os nobres entregavam seus filhos para serem escolarizados.

1.2.2 - Juan Pablo Bonet

Já, Juan Pablo Bonet utilizava o trabalho de León, o alfabeto manual (datilologia), mas proibia a linguagem gestual. Publicou “A Simplificação do

Som” e a forma de ensinar o surdo a falar.

1.2.3 – Charles Michel de L’Épée

L’Épée criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris e programas de ensino e de treinamento para estrangeiros. Os seus métodos influenciaram toda a educação de surdos e foi considerado como um dos fundadores da educação para surdez. Acreditava que o surdo-mudo poderia ser ensinado através da visão. Voltou a sua atenção para obras de caridade. Depois de falecido, a Assembleia Nacional reconheceu-o como “Benfeitor da Humanidade”. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão concedeu aos surdos o direito da cidadania. Em 1799, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris, fundado por L’Épée, passou a denominar-se Instituto St. Jaques recebendo verbas do governo.

1.2.4 – Thomas Hopkins Gallaudet

Reverendo Thomas Hopkins Gallaudet a passeio em Hartford – EUA, ficou profundamente sensibilizado pelo mutismo de uma criança e pelo fato dela não freqüentar escola, já que não havia nenhuma escola de surdos nos Estados Unidos, assim Gallaudet e o Dr. Masson Fitch Gogswell, pai da menina, acordaram em criar uma escola especializada para surdos, reforçando o fato de que a maioria das instituições formadas em favor dos deficientes parte das reivindicações das famílias e do apelo das necessidades sociais para a implementação de políticas públicas.

Gallaudet partiu para a França, impressionado com o método de língua de sinais usado pelo abade Sicard e volta à América com o professor surdo Laurent Clerc, melhor aluno do Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris e fundam em Hartford a primeira escola permanente para surdos americana. “Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de Pessoas Surdas e Mudas”. Criou a ASL a American Sign Language disseminada nas escolas especiais. Foi fundada a Universidade Gallaudet privada que conta com verba do congresso e é a única no mundo cujos programas são desenvolvidos para

pessoas surdas. A comunicação entre professores, estudantes e funcionários é através da ASL que é considerada a primeira língua e a segunda o inglês. Concede vagas semestralmente para alunos ouvintes com a exigência de saber a língua de sinais.

1.2.5 – Hellen Keller e Anne Sullivan

“O dia mais importante de toda a minha vida foi a da chegada de minha professora Sullivan. Fico profundamente emocionada quando penso no contraste imensurável das duas vidas que se juntaram. Ela chegou no dia 3 de março de 1887, três meses antes de eu completar 7 anos.”

“Belos dias como estes, fazem o coração bater ao compasso de uma música que nenhum silêncio poderá destruir. É maravilhoso ter ouvidos e olhos na alma. Isto completa a glória de viver.” HELLEN KELLER

Sua professora Anne Sullivan ensinou através do método de Tadoma (tocar os lábios e a garganta da pessoa que fala, sendo isso combinado com línguas, através do Braille. Graduou-se bacharel em filosofia pelo Radcliffe College.

Aos 24 anos, fundou o Hellen Keller International, uma organização para prevenir a cegueira. Publicou vários livros e foi agraciada com títulos e homenagens.

1.2.6 – Congresso de Milão

Foi um momento difícil na história dos surdos. O ensino foi substituído pelo oralismo, apoiado por Graham Bell e outras personalidades do mundo científico e político. Gallaudet sendo o único a se opor, levando para os Estados Unidos, o trabalho baseado nos sinais metódicos do abade De L'Épée. As decisões tomadas no Congresso baniram a língua gestual como forma de educação. Muitas críticas surgiram contra o oralismo, pois não atendiam as

necessidades dos surdos profundos, críticas estas vindo, principalmente, dos Estados Unidos.

Como sempre as políticas públicas vêm ao encontro das necessidades sociais. Muitas vezes, grandes descobertas partem de problemas familiares como a caso de Alexandre Graham Bell que inventou o telefone com a intenção de intensificar e ampliar o som devido a surdez de sua mãe e sua esposa.

1.2.7 Ernest Huet,

O marco da educação para os surdos no Brasil foi a chegada do padre francês Ernest Huet, deficiente auditivo e professor do Instituto Nacional de Surdos, chegou ao Rio de Janeiro em 1885. Veio com boas recomendações do governo francês e com o apoio do Imperador Dom Pedro II criou o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, mais tarde denominado através de decreto Instituto Nacional de Surdos.

CAPÍTULO II

A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Existe tanto a deficiência auditiva como a surdez.

Deficiência auditiva é o termo aplicado para definir a limitação sensorial ou perda parcial da audição. Já, a limitação sensorial total é a perda severa, profunda, denominada surdez.

Tanto a surdez como a deficiência auditiva dificulta a comunicação e a interpretação do indivíduo nas suas relações sociais por falta de compreensão e aquisição da linguagem. São alterações no órgão da audição, e sua perda será classificada de acordo com o local lesionado

2.1 - Classificação quanto à localização patológica anatômica

2.1.1 - Condutiva ou de transmissão

Lesão situada no ouvido externo que limita a transmissão das ondas sonoras, decorrente de malformação infecções ou mesmo a falta do pavilhão auditivo.

A surdez condutiva não tem tanta gravidade se a lesão for no ouvido médio, ocorre devido a traumatismo ou má formação genética. Podem ser solucionadas com tratamento médico ou intervenção cirúrgica. As alterações que as condutivas apresentam são em relação a quantidade de audição, não tem influência na qualidade, mas só propicia o desenvolvimento da linguagem oral se sua perda for considerada no máximo de 60 decibéis, dentro dos padrões de oralização.

2.1.2 - Neurosensorial ou de percepção

A lesão é no ouvido interno ou pode ser também da via auditiva para o cérebro. Causadas por problemas genéticos, intoxicação medicamentosa, meningite ou alterações vasculares, e por último, líquido linfáticos no ouvido interno. Altera tanto a quantidade como a qualidade permanente, existem apenas resíduos de audição.

2.1.3 - Mista

A lesão é tanto no ouvido externo ou médio como no interno.

O tratamento da surdez condutiva pode ser tratada com acompanhamento médico, recuperando o ouvido externo ou médio, já a neurosensorial exigirá a aquisição da linguagem de sinais ou o implante coclear. São tomadas de decisões que cabem aos pais, através de aconselhamentos, optarem pelo tipo mais adequado para eles, enquanto criança.

2.1.4 – Implante coclear

É um recurso tecnológico usado para discriminação da linguagem.

Basicamente, poderemos descrever com uma intervenção cirúrgica pela qual se introduz no ouvido interno, um dispositivo eletrônico levando sons externos através de estimulação elétrica ao nervo coclear.

O tratamento pós operatório é prolongado não restabelece a audição. Dentro da comunidade surda existe um grande rejeição. Considerando um desrespeito a sua cultura.

“ A aquisição da linguagem deve ser introduzida tão cedo quanto possível ou seu desenvolvimento pode ser permanentemente retardado e prejudicado.” (2000, apud SACKS, 1990, p.48) Bernardino afirma ainda que “ no caso dos profundamente surdos, isso só pode ser feito com a língua de sinais” (2000,p.25)

2.2 - Classificações em relação ao grau de perdas auditivas

O decreto n° 3298 de 20 de dezembro de 1999 alterado pelo decreto n° 5296 de 2 de dezembro de 2004 que define o grau das perdas auditivas.

Art. 4º

É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

A audiometria determinará a freqüência e a velocidade das ondas sonoras: graves e agudas, medidas em Hertz, determinante para compreensão da fala.

Os surdos com perdas profundas terão maior dificuldade em adquirir a linguagem oral, pela via auditiva mesmo com o sistema amplificador, ou seja, com uso de próteses. Seu mundo exterior a principio é visual.

2.3 - Em relação a etilogia

A perda auditiva tem causas e as mais freqüentes da surdez podem ser reunidas em dois grandes grupos: congênita ou genética e pós-natal ou adquirida. Há variáveis significativas tais como a idade da perda a reação emocional da família (os pais) e finalmente a desenvolvimento da criança.

Pesquisadores aconselham avaliação auditiva na família com um quadro de hereditariedade. Independentemente de suas queixas é imprescindível, pois a perda auditiva pode existir, de caráter hereditário. O fator genético é responsável por mais de 50% dos casos de surdez na infância países considerados desenvolvidos com também as perdas auditivas são associadas a questão genética

A surdez congênita profunda e prélingual se caracterizam pelo desconhecimento do idioma, dificuldades na fala, na leitura e escrita e na compreensão de palavras abstratas difícil a oralização, Seu perfil psicológico e de uma rigidez, impulsividade percebe-se uma falta de controle interno é egocêntrico etc..

“No entanto, embora a surdez altere a experiência de vida do individuo surdo, ela não, limita a inteligência nem as capacidades de resposta emocional, desenvolvimento e maturação (Leibovici, 1997).

2.4 - Influência familiar

A primeira reação da família ao nascimento de um bebê deficiente é traumático. Para a mãe é a perda do filho idealizado, momentos difíceis que variam da rejeição, a aceitação e a não conformidade, sentimentos de culpa, a sensação de fracasso permeia no ambiente familiar.

Mas só depois da aceitação, que podemos avaliar a importância o grau de importância que esta família terá sobre o desenvolvimento positivo desta criança portadora de uma deficiência.

Muitas vezes a rejeição se instala no seio familiar, e a tendência é um desenvolvimento precário e o surgimento de outros problemas de ordem emocional, psicológico, aquisição de ansiedade, depressão e um quadro condutual marcante e por um isolamento social mais evidente na puberdade, devido à dificuldade de comunicação, interpretação e compreensão com as outras pessoas do convívio social.

O primeiro contato afetivo do bebê é com a mãe a, primeiro grupo e o familiar onde ele deve ser aceito amado incluído, e a partir de como for elaborado emocionalmente este contato que determinara com este bebê estabelecerá sua interação educacional social e afetiva com as demais pessoas.

São muitos fatores que vão influenciar o desenvolvimento desta criança.

O biológico, afetivo, sócioeconômico entre outros.

O biológico parte da dificuldade que o impede de adquirir a fala.

O afetivo – estrutura familiar, aceitação e sua adequação no meio ambiente em que vive.

O socioeconômico – quando a família procura contratar profissionais especializados e capacitados.

2.5. A avaliação e orientação familiar

2.5.1 - Avaliação Terapêutica

É elaborada por um grupo de especialistas, na área cognitiva, através da psicopedagogia, na área afetiva, a avaliação psicológica, a fala e audição, fonoaudiologia e otorrinolaringologista.

A orientação psicológica à família deverá começar após sua aceitação da necessidade de um tratamento fonoaudiológico. Uma anamnese psicológica da criança com o objetivo de colher dados sobre seu quadro clínico, familiar e sua disponibilidade de integração ao tratamento a ser realizado. Esclarecerá dúvidas sobre o tratamento, a deficiência e amenizará dentro do possível o fator psicológico dos envolvidos para que tenham consciência que devem trabalhar juntos com a equipe multidisciplinar em prol do desenvolvimento da criança.

2.5.2 - A importância do acompanhamento familiar

É trabalhar o envolvimento dos familiares estabelecendo através de bases psicológicas que o inevitável aconteceu, que o luto à rejeição, o sentimento de culpa e fracasso fazem parte do processo que deve ser superado aos poucos, levando em consideração o tempo de cada um, através de terapias individuais, e de grupos.

É esclarecer as estatísticas sobre crianças deficientes e a possibilidade deles terem uma vida saudável, mostrando suas potencialidades e como lidar com suas dificuldades.

A orientação familiar é o fator determinante para o aprendizado e todo o tratamento da criança.

É papel do orientador é explicar aos pais de filhos surdos e ouvintes para que não deliberem responsabilidades do tratamento do irmão surdo ao filho ouvinte, podendo gerar grandes problemas futuros. Estimular que eles participem de jogos, passeios brincadeiras em família como soltar pipas, jogos de encaixe que desenvolve a criatividade sem criar um ambiente competitivo e sim um lugar, uma zona confortável de prazer para todos.

Os direitos determinados pelo estado, os órgãos onde eles possam conseguir todo o tipo de tratamento devem ser divulgados, dentro de suas possibilidades econômicas. Explicar que o atendimento precário de

órgãos públicos pode ser punido por lei, criando maior segurança e retirando o sentimento de que não está só e sim amparado legalmente

O esclarecimento fortalece a auto-estima para que lutem pelos direitos de seus filhos de acordo com a lei vigente. Este processo de orientação pode reverter o quadro de vergonha inicial, e pode vir a ser responsável por um indivíduo ativo dentro da sociedade.

2.6 - Aquisições da linguagem

São vários os métodos usados para a aquisição da linguagem, entre eles tem-se: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo.

2.6.1 - Comunicação Total

“É a prática de usar sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital para fornecer “inputs” linguísticos para estudantes surdos, ao passo que eles podem expressar-se nas modalidades preferidas.” (Stewart, 1993, p.118).

Outros métodos pedagógicos aparecem através da abertura criada pela comunicação total, proporcionando aos surdos aprenderem a língua de sinais nas escolas e surgindo novas alternativas como:

2.6.2 - Bilinguismo

O objetivo visa proporcionar o desenvolvimento cognitivo e linguístico aos surdos. Eles passam a ter duas línguas a de sinais e a majoritária

2.6.3 - Oralismo

É um método de ensino para surdos que visa a integração da criança surda na comunidade ouvinte, enfatizando a língua do país e defende que a maneira mais eficaz de ensinar ao surdo é a língua falada. Os surdos que utilizam este método de ensino são considerados surdos oralizados. As três filosofias: oralismo, comunicação total e bilinguismo são divulgadas e adotadas em todos os países e convivem pacificamente criando opções pedagógico-educacionais. Passa a ser prerrogativa segundo a Carta Magna

perante o pluralismo de concepções pedagógicas a escolha do método que melhor atender as potencialidades e capacidades de seus filhos.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1998

3.1 - A Educação no Brasil

Segundo o que determina a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação deve ser gerida e organizada separadamente por cada nível de governo. O Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal e os municípios Estes devem gerenciar a organização dos seus próprios sistemas de ensino. Cada um desses sistemas educacionais públicos se responsabilizará pela arrecadação de fundos e fontes.

Segundo a nossa constituição deverá reservar 25% federal do Estado e 18% de impostos federais e taxas municipais para a educação:

“As constituições estaduais subsequentes, e as leis orgânicas de alguns municípios incorporaram o dispositivo constitucional e, em alguns casos, o complementaram. Outros importantes documentos legais pós-constituição, como a Lei nº 7.853/89, chamada “Lei da Integração”, e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), de 1990, reafirmaram o direito à Educação e a noção de integração social. O Decreto nº 3298 de 1999 (que regulamentou a Lei nº 7853/89), prevê a opção pelas escolas especializadas “exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando” (Ferreira & Glat, 2003).

3.2 - Educação Especial e Educação inclusiva

“Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa

promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de necessidades especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. “Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado”. (Almeida. abril-2002 Revista Pedagógica).

3.2.1 - Escolas Especiais

Ocupam-se do atendimento e da educação de pessoas com necessidades especiais. São instituições especializadas, tais como escola para surdos, escola para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência mental. Estas escolas têm o benefício de trabalharem em conjunto com profissionais tais como: [Educador Físico](#), [Professor](#), [Psicólogo](#), [Fisioterapeuta](#), [Fonoaudiólogo](#) e [Terapeuta Ocupacional](#), entre outros. Apesar de muitas críticas, por não promoverem a interação entre as crianças especiais e as demais crianças, estão direcionadas para a educação especial e contam com materiais, equipamentos, professores e profissionais especializados, no mesmo espaço físico, proporcionando aos pais uma certa mobilidade em relação a sua vida profissional.

A Educação Especial propicia a aprendizagem que não têm sido ocupação do sistema de educação regular. Historicamente, a educação especial vem aperfeiçoando os indivíduos que não se beneficiaram dos métodos e procedimentos usados pela educação regular no Brasil. Inclui-se em Educação Especial desde o ensino de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, passando pelo ensino de jovens e adultos, alunos do campo, quilombolas e indígenas, até mesmo o ensino de competências profissionais.

Para uma educação escolar de qualidade nas escolas especiais, é necessário atender as determinações da Lei de Diretrizes e Base (LDB), Lei nº 9394/96. Efetuando a matrícula e proporcionando atendimento educacional

especializado nas etapas e modalidades da educação básica de acordo com a lei, e no seu regimento escolar; direcionando os alunos para a educação regular, quando aptos, inclusive para a educação de jovens e adultos; promovendo parcerias com escolas das redes regulares públicas ou privadas de educação profissional; emitindo certificado escolar com os nomes específicos das deficiências; contando com professores e um efetivo especializado na sua equipe técnica de apoio; e flexibilizando a adaptação do currículo; segundo a LBDN, no que se refere aos Parâmetros Curriculares Nacionais.

3.2.2 - Educação Inclusiva

A partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) onde foram delineadas as diretrizes da Educação Para Todo. Esta proposta foi respaldada na Lei nº 9.394/96 – de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define como competência do Estado o “atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (Artigo nº 4, III), dando base legal a proposta da Educação Inclusiva.

A educação inclusiva é a adequação das escolas para a inserção das pessoas com necessidades educacionais especiais. É a interação dos alunos ditos "normais" e os portadores de algum tipo de deficiência que poderão aprender uns com os outros. No Brasil é um desafio a todos os profissionais de educação.

Uma de suas metas é estabelecer meios facilitadores para a aprendizagem dos educandos, através de uma política de ação pedagógica, recursos educacionais mais individualizados com o professor especializado.

A introdução tecnológica, através da internet, possibilita a educação à distância de pessoas deficientes que não podem se locomover, e introduz os softwares e periféricos elaborados em braile para cegos, microfones de ouvido, periféricos com teclas sensíveis ao toque/sopro e toda uma gama de recursos tecnológicos existente para facilitar esta inclusão.

De acordo com a Constituição Federal, 1988, toda pessoa tem

direito à educação. Destaca-se o Inciso III, do Artigo 208, que define como dever do Estado “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

3.3 - A Escola Inclusiva conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial

“...implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa, simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (MEC/SEESP, 1998),

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação oficializou novos Parâmetros Curriculares Nacionais neste documento, conceituando as adaptações curriculares:

“...estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola” (MEC/SEESP/SEB, 1998, p. 15).

3.3.1 - Adaptações curriculares, e pedagógicas

São alterações do planejamento escolar com, objetivos específicos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em alguns aspectos dele, para acomodar os alunos com necessidades especiais.

São mudanças curriculares e educacionais para adaptações de uma nova realidade evolutiva, acompanhando a inserção tecnológica como os recursos multifuncionais, currículos funcionais, ou seja, adaptá-los de acordo com as especificidades, abrindo um leque de múltiplas opções para chegar ao aluno:

“A Educação Inclusiva, entendida sob a dimensão curricular, significa que o aluno com necessidades especiais deve fazer parte da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os outros – mesmo que de modos diferentes – cabendo ao professor fazer as necessárias adaptações” (UNESCO, s/d).

Segundo a Lei n°. 9.394/96, conhecida popularmente como Lei Darcy Ribeiro, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, cita pontos cruciais como serviços de apoio especializado, na escola regular, para atendimento às peculiaridades da clientela com necessidades educacionais especiais, o educacional em classes, escolas ou serviços especializados, caso em função das condições específicas, os alunos consigam a sua integração nas classes comuns de ensino regular. E a oferta de educação especial, como dever constitucional do Estado, tendo início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A aquisição do conhecimento através de ação pedagógica vai depender de como o professor desenvolverá as potencialidades de cada aluno, respeitando seu tempo. Cada indivíduo tem suas peculiaridades e um tempo diferenciado na aprendizagem. A inclusão de estratégias múltiplas cria valores positivos e não competitivos como a troca de informações entre os pais, professores e especialistas na área específica, dá maior motivação para que este aluno sintá-se incluído, melhorando sua capacidade de aprender.

A proposta da educação inclusiva passa pela capacitação de professores, alunos, e pessoal administrativo (funcionários como facilitadores de apoio.)

3.4 - Formação de Professores

O Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, criado pela Portaria Normativa Nº 12, de 24 de abril de 2007, objetiva junto aos sistemas de ensino da implantação de uma política para o atendimento educacional especializado e a preparando das escolas para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas nas redes públicas de ensino.

“O âmbito da formação de professores, não só em seus estágios iniciais, ao longo das licenciaturas, mas também na formação continuada que se volta para os professores já em serviço, é preciso reconhecer que a maior parte das iniciativas oficiais tem se centrado na idéia de um aperfeiçoamento individual do docente, sem ter o objetivo de inseri-lo no contexto institucional em que concretamente trabalha, ou seja, na escola “(AZANHA, 1987).

Há a necessidade de uma política global de formação e valorização dos profissionais da educação que contemple de forma articulada e prioritária a formação inicial, formação continuada e condições de trabalho, salários e carreira.

3.4.1 - Depoimentos de professores da rede pública de ensino do Rio de Janeiro.

Não foram muitos os relatos de professores sobre experiências de inclusão de alunos com deficiências em suas classes regulares, porém as opiniões divergem.

Alguns participantes colocaram observações sobre o aprendizado do aluno de ensino especial ter maior bagagem, tanto em termos de socialização, quanto

de desenvolvimento acadêmico. Outro, ao contrário, ressaltou que esses alunos tinham mais dificuldades de entrosamento com a dinâmica da escola do que os que estavam desde pequenos no ensino regular, já que esta não estava adequada para recebê-lo.

No entanto, foi consensual que o grau de adaptação do aluno com necessidades especiais na escola regular depende da capacitação do professor.

Foi relatado, como ilustração, o caso de uma aluna com deficiências múltiplas inserida em uma classe regular onde a professora, apesar de dedicada, não sabia como trabalhar pedagogicamente com ela; a menina ficava “jogada em um canto”, e acabou não querendo mais ir à escola. Professores com experiência no ensino especial têm mais facilidade em aceitar alunos especiais, quando lecionam em turmas regulares. A postura do professor quando considera esse aluno como sua responsabilidade, igual aos demais, é um fator determinante para o sucesso do processo ensino aprendizagem e de seu desenvolvimento acadêmico.

Outro aspecto importante é a compreensão de que cada aluno é diferente, ainda que tenham o mesmo tipo de deficiência ou necessidade especial. Alunos surdos, apesar do mesmo diagnóstico, apresentavam processos de aprendizagem, compreensão e envolvimento com as tarefas bastante distintas. Para reflexão do professorado, todo indivíduo ouvinte, surdo ou com qualquer tipo de transtorno, tem sua própria identidade. Seu próprio tempo no seu desenvolvimento, nas suas dificuldades e potencialidades.

A “inclusão forçada” foi também citada como um fator que prejudica o professor, que se sente ainda mais sobrecarregado. Há muitas queixas de professores contra essa “imposição” de alunos os quais eles não se sentem preparados para ensinar.

3.4.2 - As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia

Essas normas focalizam mais a educação para a diversidade e multiculturalidade e apresentam um discurso vago e genérico sobre a formação

de professores. Há omissão quanto às competências para o trabalho conjunto de professores do ensino regular e especial no contexto escolar.

Nesse sentido, opina que os programas de inclusão não podem ser bem-sucedidos em escolas públicas se ambos, professores da educação geral e da Educação Especial, não forem capacitados para implementar programas de ensino colaborativo. Peterson (2006)

Discussões e investigações realizadas com a comunidade escolar, nos cursos de especialização, extensão, no ensino da Pedagogia, em diferentes licenciaturas, permitem pontuar algumas questões e dúvidas: resumindo:

- Como articular no curso de formação de professores o conhecimento sobre a diversidade, multiculturalidade, diferenças significativas e processos específicos de aprendizagem?
- Os cursos de especialização em Educação Especial possibilitam a articulação entre teoria/prática de forma consistente?
- A formação de gestores e professores para o ensino regular trata das diferenças, necessidades específicas e educacionais especiais?
- As necessidades específicas e educacionais especiais são contempladas no projeto pedagógico?
- O professor especializado e a família participam da construção coletiva do projeto pedagógico na escola?
- A formação de professores do ensino regular e da Educação Especial trata o conhecimento sobre as necessidades básicas de aprendizagem e as educacionais especiais numa visão inter ou transdisciplinar?

Estágios, concursos, empregos temporários em escolas especialistas, workshop sobre vários transtornos estão acontecendo, cabe às escolas e aos professores tomarem a iniciativa para fazerem sua formação continuada.

3.5 - Acessibilidade

A lei 1098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Acessibilidade arquitetônica, e urbanística inclui rampas, elevadores, cabines telefônicas, mobiliários, semáforos, rebaixamento de calçadas, instalação de piso tátil direcional e de alerta, reformas no mobiliário escolar. Todas estas providências e outras, no sentido do deficiente ter o acesso dentro e fora da escola regular para que este alunado não sinta a dificuldade de acesso à escolar; nos edifícios públicos e particulares com a finalidade de garantir o acesso a todas as dependências como piscinas, andares de recreação, etc. Os teatros, cinemas, estádios de esportes, casas de espetáculos, salas de conferências deverão reservar pelo menos 2% para cadeiras em locais de boa visibilidade. As primeiras, se referem à eliminação de barreiras arquitetônicas e metodológicas, sendo pré-requisito para que o aluno possa frequentar a escola regular com autonomia, participando das atividades acadêmicas propostas para os demais alunos. Estas incluem as “condições físicas, materiais e de comunicação”, como por exemplo, rampas de acesso e banheiros adaptados, apoio de intérpretes de LIBRAS e / ou capacitação do professor e demais colegas, transcrição de textos para Braille e outros recursos pedagógicos adaptados para deficientes visuais, uso de comunicação alternativa com alunos com paralisia cerebral ou dificuldades de expressão oral, etc.

Essa lei de acessibilidade vai do atendimento prioritário aos deficientes, condições gerais de acessibilidade, implementação de acessibilidade Arquitetônica e urbanística, serviços de transportes coletivos e acesso à informação e à comunicação, levando em consideração as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

3.6 - Violência Escolar

O bullying motivou 87% dos ataques em escolas, não obstante a adoção de medidas pacificadoras nas comunidades. O problema da violência nas escolas persiste, sob a forma de depredações contra os prédios, invasões e ameaças a alunos e professores. Um clima de insegurança intensifica-se com a ação do crime organizado e do tráfico em algumas cidades brasileiras, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Devido a criminalidade e o sentimento de insegurança, sobretudo nos bairros periféricos, a vida escolar passa a sofrer de forma mais nítida os impactos dessa nova conjuntura, presentes, também, em outros centros urbanos.

A lei de autoria do deputado Chiquinho da Mangueira (PMDB) busca combater o chamado bullying (violência física e psicológica) no ambiente escolar, com a criação de um programa de prevenção e de conscientização do assédio moral e violência nas escolas, desenvolvido através de ações multidisciplinares, com atividades didáticas para conscientização, orientação e prevenção das agressões..

O projeto foi aprovado com emenda do deputado licenciado Rafael Picciani (PMDB), definindo o bullying como insultos pessoais, ataques físicos, grafites depreciativos e isolamento social e o cyberbullying, feito na internet.

As comunidades do Rio de Janeiro onde a criminalidade dominava através de um governo paralelo estão sendo pacificadas, possibilitando programas que podem diminuir a violência escolar através de políticas sociais.

CAPÍTULO IV

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA SURDOS

4.1 - Histórico

Foi no período imperial, que apareceram as primeiras iniciativas efetivas de políticas públicas e sociais em relação aos deficientes no Brasil. Após a criação do IBC, Decreto Imperial, nº 1428 D. Pedro II através da Lei nº 39 de 26 de setembro de 1857 funda no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Padre Ernest Huet. Francês, deficiente auditivo e professor do Instituto Nacional de Surdos em Paris, veio ao Brasil com objetivo de abrir uma escola para pessoas surdas com boas recomendações do governo francês, Huet. Pedro II aprovando o projeto do professor francês. de utilizar o método

combinado, criado Michel L'Eppe que seria uma linguagem de gestos, chamada " A LINGUAGEM DE SINAIS METÓDICOS ". Surge a mistura de língua de sinais francesa, com a língua de sinais brasileira antiga utilizada já como meio de comunicação nas regiões brasileiras.

No congresso de Instrução Pública em 1883, temas como currículo e formação de professores para cegos e surdos são debatidos. A finalidade da instrução pública era que os tornassem úteis e os profissionalizassem para que não se tornassem um peso para a sociedade e seus familiares. Com muitas dificuldades, Huet começou a lecionar para duas meninas que recebiam pensão anual do império, no colégio Vassimon onde passou residir.

Entre os anos de 1908 e 1856. Ocorreram várias mudanças dentre elas o artigo 7º do decreto nº. 6.892 de 19 de março de 1908, quando foi a data de fundação para a promulgação da Lei 939 de 26 de setembro de 1857 que em seu artigo 16, inciso 10, que determinava que era dever do império e não mais do imperador a subvenção do Instituto de surdo-mudo. Antes dessa legislação os alunos eram subvencionados por entidades particulares ou públicas e até mesmo pelo Imperador.

Com apoio do Imperador e com uma verba substancial dada através de dotações orçamentárias em 26 de Setembro de 1857 o Instituto, conseguiu uma sede própria no prédio na Ladeira do Livramento, e teve seu primeiro estatuto organizado. E se comemora oficialmente a inauguração do INES nesta data. Muitas foram as barreiras a serem vencidas como não podemos deixar de citar o apoio das intuições religiosas como o mosteiro de são bento e o Convento do Carmo e governo imperial que assistia esta entidade através de subvenções e pensões anuais para os Menos favorecidos.

Também em 1857 o Instituto de Surdos passa a caracterizar-se como um estabelecimento de educação literária e profissionalizante onde meninos e meninas após instalações de oficinas são preparados para um ofício. Oficinas de sapataria, marcenaria gráfica, encadernação, tipografia, aulas de tricô, pautação e douração e artes plástica. Os alunos frequentavam a instituição em regime de externato (regime integral) tinham noções de

Por ser a única instituição de educação de surdos no país, alunos vinham de todos os estados e de países vizinhos. Instituição pioneira na América Latina recebeu alunos de todo o Brasil e do exterior, caracterizando

ciências, religião e moral. Por muito tempo a gráfica do Instituto utilizada pelos surdos foi referência no Rio de Janeiro, recebendo encomenda de

encadernação de quase todas as instituições públicas e particulares nas primeiras décadas da República.

A lei n 3.118 altera a denominação do Imperial Instituto de Surdos-Mudos para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Foi daí que saíram as primeiras divulgações da LIBRAS (LÍNGUA BASILEIRA DE SINAIS).

4.2 – O INES de Hoje – Estrutura Atual

O INES é reconhecido, na estrutura do MEC, como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez, exercendo os papéis de subsidiar a formulação de políticas públicas e de apoiar a sua implementação pelas esferas subnacionais de Governo.

como uma Instituição de referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos. Assim a língua de sinais foi disseminada em todos os estados e em outros países. A disseminação dessa língua em território brasileiro deu-se no ano de 1875, devido ao trabalho iconográfico dos signaes dos surdos-mudos elaborado por, Flausino José da Gama que desenhava o livro e fazia as cópias que eram distribuídas para várias localidades do Brasil. A intenção principal era a de divulgar o meio pelo quais os surdos se comunicavam.

As questões relativas ao ensino para alunos surdos sempre motivo de polêmica agravada pelos resultados do Congresso de Milão que indicava a linguagem oral como a linguagem mais adequada para os surdos. Muito criticada por alguns professores e alunos que reconheciam a importância e a legitimidade da comunicação sinalizada. A principal crítica era ao tempo enorme de treinamento da fala e dos resíduos auditivos, concorrendo com a escolarização formal que começava a ser abandonada em prol da oralização e das dificuldades dos surdos oralizados em se comunicarem com os ouvintes. Este foi um dos motivos, em meados da década de 80, do século XX, de um movimento transnacional, contando com acadêmicos, profissionais da área da surdez e dos próprios surdos, no sentido de apontar outros caminhos para a sua escolarização e socialização. O movimento se instala forte no Brasil, os surdos lideram o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Em 1993, um projeto de Lei da senadora Benedita da Silva deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação da LIBRAS, em âmbito nacional.

4.3 - Colégio de aplicação

O Ensino Básico oferecido no Colégio de Aplicação, contempla a Educação Precoce (de recém nascidos a três anos), Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio atendendo aproximadamente 500 (quinhentos) alunos.

O Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos oferece Educação Básica e atende a crianças, adolescentes e adultos surdos. Educação Básica: Educação Infantil no Ensino Fundamental e Ensino Médio funcionam em três turnos (manhã, tarde e noite), oferecendo aos alunos o ensino regular numa proposta bilíngue, sendo a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – considerada a primeira língua e a língua de instrução no currículo da instituição e a Língua Portuguesa como segunda língua, nas modalidades de leitura e escrita, objetivando levar o aluno a alcançar competência comunicativa. Faz parte de sua estrutura a secretaria escolar, área esportiva com quatro coberta e uma biblioteca.

Dentro da educação básica e o atendimento dos alunos, o INES conta com a participação de:

DEPARTAMENTOS

Alem da educação básica o Inês tem sua estrutura funcional onde o aluno pode se beneficiar de diversos através de departamentos específicos: Departamento de desenvolvimento científico e tecnologia, coordenação de projetos educacionais, tecnológicos e estudos e pesquisas, cooperação técnica, Núcleo de Orientação a saúde sexual dos surdos. Produzem e promovem materiais através de DVD: dicionário em libras, música popular brasileira em libras com a interpretação histórica política social. DVDs informativos para que os surdos possam ter melhor comunicação com os profissionais, familiares e amigos.

CURSOS e Programas

De Libras, intérpretes, capacitação e formação de professores na área de surdez, curso de pedagogia em Libras, PRÓLIBRAS através da portaria

normativa do MEC 20/2010, passa a ser de competência do INES a realização do exame de Certificação Nacional de Línguas Brasileira de Sinais. Conta com o Centro de Atendimento Alternativo Florescer – CAAF.

LDBEN, Capítulo V, artigo 58, que trata do atendimento a educandos “portadores de necessidades especiais” preferencialmente na rede regular de ensino, estabelece em seu parágrafo 2º que *“O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.”*, o Centro de Atendimento Alternativo Florescer – CAAF se constitui em um espaço de ensino-aprendizagem para alunos surdocegos e aqueles com deficiência múltipla. Os alunos que ingressam neste programa apresentam um diagnóstico preliminar de surdez como a deficiência principal associada a outros comprometimentos de ordem física, sensorial, mental e de comportamento social.

As crianças e jovens que compõem o alunado do CAAF apresentam características que variam muito de acordo com:

- a) fatores que levaram a condição dos mesmos;
- b) manifestações e conseqüências da combinação das deficiências;
- c) ambientes familiar, social e cultural;
- d) recursos do atendimento clínico, escolar e;

e outros serviços que estes indivíduos e suas famílias necessitam. A combinação desses fatores influencia o desenvolvimento das crianças, a forma como elas interagem com os diferentes ambientes e o modo como aprendem, sobretudo no que se refere à comunicação. Essa diversidade impede que seja traçado um perfil único desses sujeitos em função das necessidades individuais tão distintas, tanto quanto de suas potencialidades e habilidades. (INES, 2012)

com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dado o fato de que a surdez é a deficiência principal e, em geral, de causa congênita ou adquirida antes da aquisição de uma língua esses alunos têm como prioridade a comunicação e a necessidade de uma atenção educacional específica que os ajude a alcançar o melhor do seu potencial comunicativo e conseqüentemente sua aprendizagem. Eles, em geral, não se comunicam de forma simbólica, com tudo, quando inseridos em um ambiente de aprendizagem adequado às suas necessidades, se expressam por meio de movimentos, expressões faciais, vocalizações e gestos contextualizados, dependendo de sua experiência sensorial para se conectarem com o ambiente. O desenvolvimento das habilidades comunicativas, por tanto se constitui tanto em um meio como em um fim no processo educativo e compreende o ensino de formas comunicativas próprias ajustadas à capacidade perceptiva de cada um dos alunos. (Gomes, 2006).

Oficinas

Promovem outros cursos

- Windows - Corte e Costura - Arte em Jornal - (Português Funcional) - Matemática Funcional, Cerâmica Operador de Micro Conhecimento de Windows, Word, Textura em Parede - Arte em Tecido Arte em MDF com Tecido –Decoupage - Transfer)
- Manicure - Maquiagem e Penteados - Textura em Madeira - Bijuteria -

CONGRESO SEMINARIOS

Este ano o X congresso Internacional XVI Seminário Nacional do INES realizado no Othon teve como publico alvo profissionais de nível superior,

ligados ao campo da educação de surdos em trabalho de atendimento ou de pesquisa – pedagogos; professores; lingüistas; fonoaudiólogos; psicólogos e psicanalistas; assistentes sociais; sociólogos, instrutores de LIBRAS e intérpretes de sinais; os gestores e técnicos da esfera educacional nos diferentes níveis de governo; os representantes de entidades de surdos e de instituições especializadas, bem como os estudantes de graduação e pós-graduação.

Objetivo

O objetivo principal do evento deste ano teve como proposta a discussão dos territórios da língua, da educação, da saúde, do direito e da política da cidadania do ensino do surdo brasileiro.

Estágios e
Convênios O INES
oferece estágio obrigatório na área da surdez para estudantes de graduação da rede pública e privada. O estágio é supervisionado por profissional da área de formação do estudante. (INES, 2012)

CONCLUSÃO

É notável a incapacidade atual de que esta inclusão seja em curto prazo. Professores devem ter no mínimo curso de capacitação, pós-graduação em educação inclusiva com estágio para se familiarizar não só com as múltiplas deficiências, síndromes, transtornos como também com as crianças e os adultos que as portam, através dos estágios. Cursos de pedagogia e outros devem incluir em seus currículos a educação especial, como matéria eletiva o curso de libras, abrindo um leque de opções para crescimento da educação no país. Um processo de avaliação psicopedagógica determinará o grau de transtornos desta criança antes de inseri-la em salas regulares onde mesmo com acompanhamento de profissionais da área ela possa apreender socializar e desenvolver suas potencialidades, caso contrário, esta inclusão pode fazer a criança se fechar atrasando seu desenvolvimento e possibilitando o aparecimento de comorbidades como ansiedade generalizada, complexos de inferioridade, depressão e outros traumas psicológicos, etc. A inclusão deve ser cuidadosa e racional, pois uma precipitação pode provocar mais frustração do que satisfação ao portador de necessidade especial. A cautela só tende a nos ajudar a tomar decisões sábias e positivas.

Achar que todas as pessoas com necessidades especiais vão se adequar nas escolas inclusiva é ingenuidade demais ou otimismo em excesso. Todo cuidado é pouco, estamos tratando de educação de pessoas especiais, que devem ser aceitas com suas capacidades, limitações como também suas incapacidades. Quantos de nós somos incapazes em áreas específicas?

A escola especial não é considerada segregação, muito menos exclusão e sim o respeito ao indivíduo que tem suas potencialidades diferentes dos demais. Ter uma educação especial individualizada é acatar as diferenças tanto dos deficientes ou dos superdotados que estão acima da média ou tem suas habilidades específicas, não é excluí-los. A própria legislação de certa maneira já é uma exclusão. Pode ser de forma positiva, mas vai excluir os que não possuem condições de ser incluso. A educação é para todos, a inclusão não.

As instituições de ensino e os demais órgãos públicos e privados sim, devem dar acessibilidade a todos, dar acesso a saúde a todos, trabalho a todos.

Discriminar oficinas é lamentável, pois toda estrutura precisa de uma base. O País carece de mão de obra especializada e de universidades capacitadas. O que conta é a qualidade não a quantidade. O país está cheio de doutores desempregados, que se tornam bacharéis medíocres com péssima formação universitária.

A preocupação primeira deveria ser em melhorar a qualidade de ensino, a qualidade do sistema Único de Saúde, que de tão precário chega a ser desumano. O entra e sai de médicos que atendem as pessoas menos favorecidas e troca de medicação de acordo com o médico que está trabalhando no momento, prejudica a saúde do nosso povo. Tanto na área biológica como psicológica, o desgaste emocional das pessoas atendidas pelo SUS, compromete a auto-estima de qualquer ser humano. Não querendo generalizar, mas pesquisas e vivências mostram o descaso do governo com o sistema de educação, e de saúde.

“Segundo dados do PNAD, em 2007, a taxa de literacia brasileira foi de 90% da população, o que representa 14,1 milhões de analfabetos no país, já o analfabetismo funcional atingiu 21,6% da população. O analfabetismo é mais elevado no Nordeste, onde 19,9% da população é analfabeta. Ainda segundo o PNAD, o percentual de pessoas na escola, em 2007, foi de 97% na faixa etária de seis a quatorze anos e de 82,1% entre pessoas de quinze a dezessete anos enquanto o tempo médio total de estudo entre os que têm mais de dez anos foi, em média, de 6,9 anos.”

Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o Brasil é o entre os 65 países participantes. Abaixo de países como México, Romênia, Tailândia, Trinidad e Tobago, e Colômbia.

Em suma nossa educação não vai bem. Ao reconhecer as dificuldades do sistema de ensino é com um olhar um tanto preocupado, mas mesmo assim esperançoso que vemos nossos filhos e alunos enfrentar com o apoio da comunidade acadêmica, que vem atualmente se especializando, e da sociedade que aos poucos vem eliminando as barreiras do preconceito em um

novo projeto educacional. O entendimento das diferenças, é reconhecido há muito tempo nos países mais desenvolvidos em relação às pessoas com necessidades especiais. Tardiamente, mas já que a declaração de Salamanca aconteceu em 1994, o Brasil pode oportunizar o alunado, a meu ver gradativamente, de acordo com os investimentos aplicados na qualidade de ensino, na capacitação dos professores e nas adequações de acessibilidade em todo os seguimentos. Em minha opinião, sou a favor de escolas bilíngues, somente assim teremos a inserção de deficientes auditivos, pois intérpretes servem de muletas, que não darão independência ao aluno dentro da sociedade que ao meu ver, e não tem problemas de socialização. A dificuldade é dos ouvintes e das instituições de respeitarem a legislação: aprender a língua de sinais como consta em Le.i

Portanto, a mera possibilidade de descartar Escolas Especiais, Associações que existem como Apada, FENEIS e outras associações de deficientes chega a ser muita falta de consciência da parte dos governantes. Se acessarmos os grupos de deficientes nos facebook, veremos como eles são organizados, participativos e dignos de elogios. Elogiam e criticam, são participantes ativos das políticas sociais e públicas que se referem diretamente a eles. Se comunicam entre si, trocando informações, interagem dentro do Brasil como também com outros países.

A educação inclusiva é válida e elogiável, demonstra a preocupação da sociedade de evoluir para um patamar mais civilizado, mas também é um processo evolutivo e gradativo a ser alcançado. Seria desumano ver um assunto que trata a deficiência de um SER HUMANO como matéria política, ou jogos de interesses, para se conseguir projeção junto as instituições internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição (1988). Brasília: Senado, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. MAS/CORDE. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial, MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Educacional da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, MEC/SEESP, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. LIBRAS. Rio de Janeiro, 2005.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. Surdos: educação, direito e cidadania. Rio de Janeiro: WAK, 2010.

ÍNDICE

FOLHA DE ROSTO	2
AGRADECIMENTO	3
DEDICATÓRIA	4
RESUMO	5
METODOLOGIA	6
SUMÁRIO	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	
Breve Histórico da Deficiência da Humanidade	10
1.1 – O Advento de Cristo: Cristianismo	10
1.2 – A História da Educação de Surdos	13
CAPÍTULO II	
Deficiência Auditiva	17
2.1 – Classificação quanto à localização Patológica	
Anatômica	17
2.1.1 – Condutiva ou de Transmissão	17
2.1.2 - Neurosensorial ou de Percepção	17
2.1.3 – Mista	18
2.1.4 – Implante Coclear	18
2.2 – Classificação em relação ao grau de perdas	
Auditivas	18
2.3 – Em relação a etiologia	19
2.4 –Influência familiar	20
2.5 – Avaliação e orientação familiar	21
2.5.1 – Avaliação terapêutica	21
2.5.2 – A influência do acompanhamento familiar	21
2.6 – Aquisição da linguagem	22
2.6.1 – Comunicação Total	22
2.6.2 – Bilinguismo	23
2.6.3 – Oralismo	23

		CAPÍTULO III	
		Educação e a Constituição	
Federal, 1988	24	3.1 – A Educação no Brasil	
	24	3.2 – Educação Especial e Inclusiva	
	24	3.2.1 – Escolas Especiais	
	25	3.2.2 – Educação Inclusiva	
	26	3.3 – A Escola Inclusiva conforme as Diretrizes	
		Curriculares Nacionais para a Educação	27
		3.3.1 - Adaptação Curricular e Pedagógica	28
		3.4 – Formação de Professores	29
		3.4.1 – Depoimentos de Professores da	
		Rede Pública de Ensino do Rio de Janeiro	29
		– As Diretrizes Curriculares Nacionais para	3.4.2
		curso de Educação em Pedagogia	31
		Acessibilidade	32
		Violência Escolar	33
		CAPÍTULO IV	
		Instituto Nacional de Educação	
		para Surdos	34
		4.1 – Histórico	
		4.2 – O INES hoje – Estrutura atual	
			34
			35
		4.3 – Colégio de Aplicação	36
		CONCLUSÃO	39
		REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
		ÍNDICE	46